

ESTRUTURA E SUJEITO E OS FUNDAMENTOS DA RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO¹

Gaudêncio Frigotto²

RESUMO

O autor parte do pressuposto de Marx de que o fundamento ou "a raiz do homem é o próprio homem", buscando situar a questão da relação entre estrutura e determinações e o sujeito, sua liberdade e possibilidade de escolhas. Num segundo aspecto, ele argumenta que a contradição entre o trabalho social criador de valores de uso - condição da produção e reprodução da existência humana e eterna necessidade natural (Marx) - e as relações sociais de produção radicaliza-se no capitalismo tardio e amplia-se a alienação e o trabalho supérfluo e fantasmagórico. Para, por último, assinalar algumas questões decorrentes dos pontos acima em relação às pesquisas atuais que relacionam os processos educativos e formativos com a questão do desemprego e subemprego e, mais amplamente, como estamos nos situando no debate das reformas educativas no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho, Trabalho e Educação, Marx e Educação.

ABSTRACT

The author starts from Marx's presupposition that the foundation or 'the root of the man is the own man', trying to locate the problem of the relationship among structure and determination of the subject, his liberty and possibility of choices. In a second aspect, he argue that the contradiction among the social work, creator of use value - condition for the human production and reproduction and eternal natural necessity (MARX) - and the production's social relationship in the later capitalism, and extend the alienation and the superfluous and ghostly work. For least, it underlines some questions due to the points above related to current researches that link the educative and formative process with the unemployment and underemployment and, more widely how we are situated in the debate of educative reforms in Brazil.

KEY-WORDS: Work, Work and Education, Marx and Education

¹ Texto apresentado no I Simpósio Trabalho e Educação, realizado pelo NETE/FAE/UFMG em junho de 2001.

² Professor titular de Economia Política da Educação na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense.

INTRODUÇÃO

Registro, inicialmente, que me parece importante no contexto histórico que vivemos, final do século XX e início do século XXI, que o I Simpósio de Pesquisa sobre Trabalho e Educação coloque a questão “dos fundamentos” desta relação³. Esta relevância situa-se no fato que isso se posiciona na contra-corrente, de um lado das perspectivas do neoliberalismo, do estruturalismo, do pós-estruturalismo e pós-modernismo e, de outro, abre caminho para um debate com pensadores como Habermas, cuja contribuição intelectual é inequívoca, mas que desloca a centralidade do trabalho para o campo da linguagem na produção social da existência humana. Aliás, todas as perspectivas acima, diferentes nos seus pressupostos ontológicos e epistemológicos e ainda que o pós-modernismo abomine qualquer fundamento por confundi-lo com “fundamentalismo”, nas suas contribuições concretas tem em comum o abandono da centralidade do trabalho, da categoria classe social e, por tanto, do conflito e antagonismo capital-trabalho.

Este debate, naquilo que consegui formular ao longo das duas últimas décadas, está abordado inicialmente no livro *Educação e crise do capitalismo real* (1994) e, posteriormente, em dois textos mais recentes de duas coletâneas que organizei: *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século* (1998) e num texto de uma coletânea organizada por mim e Maria Ciavatta – *Teoria e educação no labirinto do capital* (2001). Neste breve texto buscarei alinhar, de forma muito esquemática e para fins de discussão, algumas questões a partir dos seguintes pontos:

- Partindo do pressuposto de Marx de que o fundamento ou **“a raiz do homem é o próprio homem”**, buscarei situar, inicialmente, a questão da relação entre estrutura e determinações e o sujeito, sua liberdade e possibilidade de escolhas. Trata-se de um ponto, a meu juízo, atual e de onde derivam vários problemas na pesquisa em nosso campo. Para evidenciar a materialidade desta relação necessitamos buscá-la na **“ratio essendi”**, plano ontológico, vale dizer, no ser social que se cria e recria pelo trabalho e não, primeiramente, no plano da **“ratio cognoscendi”**, plano epistemológico. (Tertulian, 1996);

³ Texto produzido para o Painel sobre Fundamentos da pesquisa sobre Trabalho e Educação no I Simpósio de Pesquisa sobre Trabalho e Educação organizado pelo NETE (Núcleo de Trabalho e Educação) na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 08.06.2001.

- Num segundo aspecto buscarei argumentar que a contradição entre o trabalho social criador de valores de uso - condição da produção e reprodução da existência humana e eterna necessidade natural (Marx)- e as relações sociais de produção radicaliza-se no capitalismo tardio e amplia-se a alienação e o trabalho supérfluo e fantasmagórico;
- Por último, assinalarei algumas questões decorrentes dos pontos acima em relação às pesquisas atuais que relacionam os processos educativos e formativos com a questão do desemprego e subemprego e , mais amplamente como estamos nos situando no debate das reformas educativas no Brasil.

1- A “RAIZ DO HOMEM É O PRÓPRIO HOMEM”: TENSÕES ENTRE ESTRUTURA OU DETERMINAÇÃO E SUJEITO E LIBERDADE

A metáfora de Marx de que o fundamento ou “a raiz do homem é o próprio homem” não nos autoriza, no plano de sua obra e nos desdobramentos dados a esse respeito por autores como Gramsci e Lukács, a nos situar numa perspectiva metafísica nem do *homem em geral* e nem do trabalho fora das relações sociais. Trata-se, pois de um ser histórico que se produz e se modifica em relação com os demais seres humanos. Por isso que Gramsci concebe a “natureza humana” como complexo das relações sociais.

Diferente do animal, que vem regulado por relações causais, programado por sua natureza, e por isso não projeta sua existência, não a modifica, mas se adapta e responde instintivamente ao meio, os seres humanos criam e recriam, pela **ação consciente** do trabalho sua própria existência. (Lukács, 1978). O trabalho humano, enquanto atividade consciente, não é de caráter causal, mas teleológico. Engendra, por isso opção, escolha e liberdade.

Não se trata, porém, de uma escolha isolada, fora de condições históricas socialmente construídas. Trata-se da célebre tese de Marx de que “os homens fazem a história, mas não em condições escolhidas por eles.” As condições não escolhidas referem-se a um conjunto de determinações que produziram uma determinada estrutura e superestrutura social que nos condiciona. Não se trata, porém, de uma estrutura e superestrutura produzidas por uma **causalidade** do tipo das forças da natureza, mas de um processo **teleológico** tecido nas relações de força ou de

poder entre os próprios seres humanos. Trata-se pois de estruturas e determinações socialmente produzidas e, portanto, socialmente passíveis de serem alteradas pela ação consciente dos sujeitos humanos.

Estamos diante, neste particular, de um ponto que no plano da investigação e de suas conseqüências no plano da ação política, tem se apresentado como um desafio e engendra um intenso debate dentro do marxismo e deste com as perspectivas contemporâneas do estruturalismo, pós-estruturalismo e, a partir deste, o pós-modernismo. A tensão situa-se de um lado no risco do determinismo economicista e das estruturas e, de outro, no voluntarismo subjetivista, que autonomisa o sujeito.

Dos autores com os quais dialogo, percebo que Perry Anderson é, sem dúvida, um dos que mais se esforçou para situar este debate. Inicialmente, após ter escrito o ensaio sobre a crise do marxismo ocidental (1976), num ciclo de conferências reunido no livro "A crise da crise do marxismo - introdução a um debate contemporâneo", (1984) destacou os temas da "predição e desempenho" estrutura e sujeito e natureza e história, como questões centrais no debate do marxismo dos anos 60 e, que permanecem atuais. Um dos pontos realçados na primeira conferência é de que o marxismo ocidental foi cada vez mais centrando o debate no âmbito do método e, portanto das questões epistemológicas em detrimento às questões substantivas de caráter histórico-empírico e, portanto, da pesquisa histórico-empírica. Isto significa que o debate epistemológico, gonoseológico e metodológico subordinaram as questões ontológicas.

O que nos interessa aqui, é, sobretudo, a segunda conferência na qual situa no plano do materialismo histórico a "**natureza das relações entre estrutura e sujeito na história e na sociedade humana**". Ou seja, de um lado as determinações estruturais situadas na contradição entre forças produtivas e relações de produção e, de outro, "as forças subjetivas em conflito e confronto pelo domínio das forças sociais e processos históricos", a luta de classes. Para Anderson, a articulação dialética entre estes dois tipos de causalidade (teleológica) não receberam uma resposta coerente no marxismo clássico e permanece até hoje problemática.

O que vamos presenciar a partir dos anos 60 é que essa relação dialética é pouco trabalhada no plano do marxismo, salvo as contribuições entre outros, de Gramsci, Lukács, Kosik, Eduard Thompson, Mészáros, Hobsbawm, etc. O protagonismo do debate deslocou-se para os domínios do estruturalismo de Lévi Strauss, fundamentado na questão da linguagem de Saussure; no estruturalismo althusseriano, depois para o pós-

estruturalismo de Foucault, Derridá, Lacan, Deleuze e Gattari e hoje, com base especialmente neste último, para o pós-modernismo.

Se os estruturalistas eliminam e atrofiam o sujeito enquanto ser social, os pós-estruturalistas e pós-modernos, hipertrofiam, como nos mostra Eagleton (1998), a subjetividade e sem o sujeito histórico-social. Somos forçados a concluir, então, com Anderson que o recurso à “linguagem” para resolver a relação entre estruturas e sujeito, pelos estruturalistas, pós-estruturalistas e pós-modernos conduziu apenas a um “absolutismo retórico no primeiro caso e a um fetichismo fragmentado no segundo”.⁴

O centro da questão, permanece, pois no horizonte do materialismo histórico, na interdependência dialética da relação estrutura e determinações e sujeito e suas escolhas, em contextos históricos específicos.

Dois autores contemporâneos, Habermas e Lukács, como nos indica Tertullian (1996), cujas referências originais para ambos são Kant, Hegel e Marx, retomam esse debate e propõem-se uma síntese histórica e filosófica, cujo desenlace, porém, segue rumos opostos.

Habermas propõe-se a tarefa gigantesca de um projeto para “reconstruir o materialismo histórico”. Após 10 anos de embate com o marxismo, como evidencia Anderson (1985 e 1992) Habermas desloca-se da questão do trabalho, do conflito, das contradições para a ação comunicativa e, por fim no plano da linguagem, e, portanto, das questões que se ocupam os estruturalistas. O rumo seguido por Habermas, sem desmerecer sua inestimável contribuição em inúmeros temas – crítica ao cientificismo, ao positivismo, ao pós modernismo e o denso debate sobre a questão da esfera pública – é o da centralidade da questão epistemológica – retórica do discurso – abandonando o materialismo histórico e voltando aos desdobramentos hegelianos. Não é em Habermas, pois, que encontramos os fundamentos para questão do trabalho na relação estrutura e sujeito, determinação e liberdade.

O percurso de Lukács é outro. Após seu livro “História e consciência de classe”, escrito na década de 20 dentro de uma perspectiva de um marxismo hegeliano, Lukács nos anos 30, até sua morte, aprofunda-se no “marxismo rigoroso” (Tertulain, 1996). O caminho que trilha é, então, oposto ao de Habermas. Subordina a epistemologia à ontologia do ser social. Por isso, “o centro de sua obra torna-se a análise do trabalho,

⁴ Para um inventário crítico da questão da pós-modernidade ver: Anderson, 1999; Jameson, 1994, 1996 e 1997; Eagleton 1998.

considerado como fenômeno original e célula geradora da vida social: o trabalho, aparece-lhe, bem entendido, como a chave da antropogênese.” (Tertulian, 1996:5)

No percursos de sua Ontologia do Ser Social Lukács identifica três tendências fundamentais do processo histórico: “*a redução do tempo de trabalho necessário à reprodução da vida, a socialização cada vez maior da vida social pelo recuo da natureza e a unificação progressiva dos diversos tipos de sociedade numa humanidade integrada*” (ibid, p. 12)

A primeira destas tendências – redução do tempo de trabalho necessário à reprodução da vida – conduz-nos à segunda questão que me propus neste debate. Trata-se de mostrar que a contradição entre o trabalho social criador de valores de uso e que é condição da produção e reprodução da existência humana e eterna necessidade natural (Marx) e as relações sociais no capitalismo tardio, amplia a alienação do trabalho e, ao mesmo tempo, produz trabalho fantasmagórico.

Não é pura coincidência que a análise mais completa atual desta questão nos seja oferecida pelo herdeiro mais importante de Lukács, István Mészáros. Em sua obra magna - *Beyond Capital* (1995) (Além do Capital) – que está sendo traduzida por Ricardo Antunes e Sérgio Lessa.

2 – A CONTRADIÇÃO ENTRE TRABALHO SOCIAL E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NO CAPITALISMO TARDIO.

A apreensão adequada desta contradição no interior da “crise estrutural da forma capital” a que se refere Mészáros (1995) nos permite entender porque permanece válida a tese da centralidade do trabalho e, ao mesmo tempo evidenciar que a crise do capital e da forma que assume o trabalho subordinado à relação capital – trabalho abstrato, trabalho alienado, trabalho assalariado, é uma crise de natureza e conseqüências diversas de todas as precedentes. Para o autor de *Beyond Capital*, o capital esgotou sua capacidade civilizatória e agora tende a ser mera destruição de direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora.

Vivemos uma era de uma crise histórica sem precedente. Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital. Como tal, esta crise afeta – pela primeira vez em toda a história – o conjunto da humanidade,

exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado (Mészáros, 2000: 7).

É impressionante como Marx já prenunciou nos *Grundrisse* o aprofundamento histórico da contradição entre o avanço das forças produtivas, o trabalho social como valor de uso e o desenvolvimento das relações sociais capitalistas que o condicionam e o aprisionam.

A troca de trabalho vivo por trabalho objetivado, isto é, a posição do trabalho social sob a forma de oposição entre capital e trabalho assalariado, é o último desenvolvimento da *relação de valor* e da produção apoiada sobre o valor. Seu pressuposto é e permanece a massa de tempo de trabalho imediato, o quanto de trabalho empregado como fator decisivo da produção de riqueza. Na medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva torna-se menos dependente do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho utilizado, do que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, pode que, em seu *powerful effectiveness* (poderosa efetividade), não mantém relação com o tempo de trabalho imediato demandado por sua produção, mas (essa criação) depende muito mais da utilização da ciência na produção. (Marx, apud Paiva. V. e Gianotti, J. A, 2000:151)

Em seguida Marx evidencia-nos que sob o capitalismo não se libera tempo de efetiva liberdade para o desenvolvimento humano, mas tempo supérfluo subordinado ao trabalho alienado.

Não é a redução do tempo de trabalho necessário ao sobretabalho, mas a redução do trabalho necessário à sociedade a um mínimo, o tempo tornado livre para todos os indivíduos e os meios criados que possibilitam a educação artística, científica, etc. necessária ao livre desenvolvimento da individualidade. O capital é ele mesmo a contradição em processo, conforme impede que o tempo de trabalho se reduza a um mínimo e, simultaneamente, torna o tempo de trabalho a única medida e fonte de riqueza. Por conseguinte, ele diminui o tempo de trabalho sob a forma necessária para multiplicá-lo sob a forma supérflua. Neste sentido, transforma o supérfluo em medida crescente como condição – *question de vie et de mort* (questão de vida e de morte) para o (trabalho) necessário (sic). (...) É verdadeiramente rica uma nação quando se trabalham seis horas em vez de doze (ibidem p. 251-253)

Trata-se de perceber, então, que "o trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem - quaisquer que sejam as formas de sociedade - é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e portanto, de manter a vida humana" (Marx, 1982:50), historicamente sempre esteve

fora de sua especificidade social, subordinado a relação de produção escravistas, servis e capitalistas.

No capitalismo tardio, a desnecessidade crescente de incorporação de trabalho vivo na produção de mercadorias em forma de bens e serviço (a sociedade continua industrial e não pós-industrial (Hobsbawm 2000: 98), e a hipertrofia do capital morto em forma de ciência e tecnologia na produção, como o previsto por Marx já nos Grundrisse, não só gera desemprego estrutural ou a sua extrema precarização, mas produz como já assinalava Gramsci nos anos 30, formas de trabalhos fantasmagóricas. Por outro lado, atrofia-se e impede-se o tempo de trabalho livre – reino da liberdade, da escolha e do desenvolvimento humano.

Por isso, como assinala Maar:

o que parece hoje o “fim da sociedade do trabalho”, a rigor constitui apenas a aparência atual da formação social capitalista. No capitalismo, ao mesmo tempo que o trabalho social permanece fundamental, sua forma social acoberta e ilude. A centralidade do trabalho persiste, embora de modo cifrado, sob as vestes do capital” (Maar, 1997: 60) (...). Exatamente por isto, é preciso rearticular a centralidade do trabalho social com a sociedade integrada a partir de uma apreensão negativa da exclusão do “mundo do trabalho”. O trabalho não pode ser encarado “positivamente” pelo prisma existente, que é do capital, tornando fatais as formas de “emprego” ou de “trabalho assalariado”. Impõe-se – nem que seja tendencialmente – uma apreensão negativa destas formas de trabalho social expondo nas mesmas as formas de sua alienação, apontando ao trabalho social amplo controlado autonomamente pelos trabalhadores. (ibid. p. 68)

É este horizonte que conduz o historiado Eric Hobsbawm colocar como questão central do século XXI não a produção de mercadorias, mas a distribuição da riqueza por uma esfera pública, que para ele continua sendo o Estado, ainda que não sob a forma atual.

O que, na minha opinião, temos de buscar é uma outra maneira de distribuir a riqueza produzida por uma quantidade cada vez menor de pessoas, que no futuro pode chegar a ser na verdade a uma quantidade ínfima. (...) não se trata de aumentar a produção, pois isto conseguimos resolver de forma satisfatória. A verdadeira dificuldade está na forma de distribuir a riqueza. (Hobsbawm, 2000:98)

A conclusão necessária a ser tirada deste horizonte de análise, com todas as suas conseqüências teórico-práticas, é de que as condições históricas no plano do avanço das forças produtivas - mediante sobretudo a ciência e tecnologia, incorporadas à produção – e a exponencial

concentração de riqueza, com a contrapartida de uma exponencial produção de desemprego, trabalho precário, miséria e destruição de direitos, como nos indicam Mészáros (1995) e Jameson (2001), já mostram que o modo de produção capitalista é tardio. Vale dizer, um sistema que deveria ser suplantado, já que agora somente se constitui em força destrutiva.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para ser coerente com a análise aqui empreendida e com os interlocutores que a viabilizaram no âmbito do marxismo, não cabem aqui conclusões na linha do dever ser. Por outro lado, se a análise empreendida indica que a forma capital agora é predominantemente destruição de direitos e obstáculo à liberação de trabalho livre, já possibilitado em larga escala pelo avanço das forças produtivas, não significa que o sistema capital desapareça automaticamente por suas contradições internas. Os indícios que temos, assinalados por vários dos autores aqui citados, é de que o capital continua agora se afirmando pela destruição. Dados não faltam.

Outra consideração que se torna necessária é de que, paradoxal e contraditoriamente, no plano político e no plano concreto da vida das pessoas, considerando que não se apresenta uma força capaz de abolir imediatamente a forma capital, se faz necessário lutar pelo direito ao trabalho, mesmo que em sua forma alienada e, no mais das vezes precária. Mas isso não pode nos levar, como adverte Jameson, à “experiência individual (de tipo pós moderno) que nos quer convencer que o sistema capitalista é eterno e *“que hoje é mais fácil imaginar a deterioração total da terra e da natureza do que o colapso do capitalismo tardio; e, talvez, isso possa ser atribuído à debilidade de nossa imaginação”* (Jameson, 1997:10-11). Neste terreno é que assume um papel crucial a produção teórica mediante a pesquisa, para aprofundar a compreensão e a crítica do capitalismo tardio e as formas que assumem os processos formativos e educativos.

Em termos de fundamentos da pesquisa sobre trabalho-educação no interior do capitalismo tardio, mesmo com as dificuldades não superadas como assinala Anderson, os mesmos, para serem críticos, não podem ser buscados nos umbrais do estruturalismo, pós-estruturalismo ou pós-modernismo, mas no materialismo histórico. Se alguns elementos destas

análises podem ser incorporados, e certamente o são, a direção é de subordiná-los a este horizonte. Um aspecto a ater-se como fio condutor dos nossos objetos específicos sobre a pesquisa trabalho-educação é a relação estrutura, determinações e sujeito, em sua tensão e mútua imbricação dialética.

Nesta direção cabe ampliar as pesquisas que evidenciam, a nível da estrutura produtiva, das relações econômicas atuais de mundialização do capital (Chasnais, 1996), em todos os âmbitos, a diminuição do tempo trabalho necessário para produção de bens e serviços e que mostrem não apenas a ilusão do pleno emprego, mas a precarização crescente do trabalho assalariado e a produção de contingentes de trabalhadores desnecessários. A subjetividade que se produz sob estas condições é, ao mesmo tempo, marcada pela alienação e pelo medo e insegurança. Trata-se de afirmar, como aponta Hobsbawm que a questão central é política – liberação de tempo livre, pela diminuição da jornada de trabalho e distribuição, mediante a esfera pública sob o controle democrático da sociedade, da riqueza produzida.

No âmbito ideológico a pesquisa trabalho-educação tem como tarefa permanente de desmascarar e desmistificar o que Bourdieu e Wacquant denominam de “nova vulgata” em forma de uma “novlangue”.

Em todos os países avançados patrões, altos funcionários internacionais, intelectuais de projeção na mídia e jornalistas de primeiro escalão se puseram em acordo em falar uma estranha *novlangue* cujo vocabulário, aparentemente sem origem, está em todas as bocas: “globalização”, “flexibilidade”, “governabilidade”, “empregabilidade”, “underclass e exclusão; nova economia e “tolerância zero”, “comunitarismo”, “multiculturalismo” e seus primos pós-modernos, “etnicidade”, “identidade”, “fragmentação” etc., (Bourdieu e Wacquant, 2000: 1)

O ideário da ideologia da globalização e da reestruturação produtiva, de um lado e, de outro, a nova base técnica do processo produtivo – que é real - mas que apreendida de forma mistificadora, é que se afirma a nova vulgata do campo educativo mediante a ideologia das competências e, mediante a aquisição das mesmas, a promessa da empregabilidade. Aqui ao individualismo do credo neoliberal somam-se os argumentos fundados no credo do pós-modernismo que realçam as diferenças (individuais) e a alteridade. Neste particular a diferença e a diversidade, dimensões importantes da vida humana, mascaram a violência social da desigualdade e afirmam o mais canibal individualismo.

Não poderia haver síntese mais explícita desta vulgata, que se torna senso comum na boca dos representantes dos “homens de negócio” e seus intelectuais e dos governos neoliberais como o texto que segue abaixo.

A empregabilidade é um conceito mais rico do que a simples busca ou mesmo a certeza de emprego. Ela é o conjunto de competências que você comprovadamente possui ou pode desenvolver - dentro ou fora da empresa. É a condição de se sentir vivo, capaz, produtivo. Ela diz respeito a você como indivíduo e não mais a situação, boa ou ruim da empresa - ou do país. É o oposto ao antigo sonho da relação vitalícia com a empresa. Hoje a única relação vitalícia deve ser com o conteúdo do que você sabe e pode fazer. *O melhor que uma empresa pode propor é o seguinte: vamos fazer este trabalho juntos e que ele seja bom para os dois enquanto dure; o rompimento pode se dar por motivos alheios à nossa vontade. (...) (empregabilidade) é como a segurança agora se chama.* (Grifos meus). (Moraes, 1998: -)

A noção de empregabilidade (para os pedagogos de plantão no MEC, MT e CFE *trabalhabilidade ou laborabilidade*) quando confrontada com a realidade não apenas evidencia seu caráter mistificador, mas, sobretudo, revela também um elevado grau de cinismo. Neste particular a pesquisa tem a tarefa de evidenciar como isto se articula à forma que vem assumindo o capitalismo tardio, que globaliza a fragmentação e a exclusão das maiorias, e que quer convencer os excluídos que eles mesmos são os culpados de sua exclusão. Trata-se de processos educativos que tem como objetivo produzir o “cidadão mínimo” nos termos da análise de Hugo Zemelmann ou a formação de “deficientes cívicos” de que nos fala Milton Santos.

Por fim, se o horizonte, nas condições do avanço das forças produtivas atuais é apontar para a necessidade da liberação do trabalho social da subordinação da forma capital e postular o amplo controle autônomo pelos trabalhadores e conseqüente distribuição da riqueza social, o quase total abandono da pesquisa e do debate da perspectiva da educação tecnológica ou politécnica (nos termos de Marx e Gramsci), tão forte na década de 80, deve nos preocupar. Estaríamos sendo pautados pelo ideário pós-estruturalista, pós-industrial, pós-classista, pós-moderno e neoconservador?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, P. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

_____. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Porto: Afrontamento, 1976.

- _____. *A crise da crise do marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *O fim da história – de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Scritta, 1996.
- EAGLETON, T. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- FRIGOTTO, G. (org.) *Educação e crise do trabalho: Perspectivas de final de século*. Petrópolis: Ed. Vozes, 3ª ed. 1999.
- HOBSBAWM, E. *O Novo Século* (Entrevista a Antônio Polito). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- JAMESON, F. *Espaço e Imagem - Teorias do Pós-moderno e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.
- _____. *Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996
- _____. *As sementes do tempo*. São Paulo: Ática, 1997.
- _____. *A cultura do dinheiro*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Revista Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, (4),1978.
- MAAR, W.L. A centralidade do trabalho social e seus encantos. In: Ferreira, L. de Castro. *A sociologia no horizonte do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 1997
- MARX, K. *O Capital. Volume I*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Estampa, 1977,
- _____. O Manifesto Comunista, In: LASKI, H.J. *O Manifesto Comunista de Marx e Engels*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982
- _____. Contradição entre o fundamento da produção burguesa (medida-valor) e seu próprio desenvolvimento. Máquinas etc.. *Revista Contemporaneidade e Educação*. Rio de Janeiro, Ano V, nº 7, Set. 2000. Tradução de Vanilda Paiva e de José Artur Gianotti.
- MÉSZÁROS, I.B. *Beyond capital: Towards a theory of transition*. Monthly Review, Merlin Press, 1996.
- _____. A crise estrutural do capital. *Revista do Instituto de Estudos Socialistas*, Rio de Janeiro, n. 4, Outubro, 2000.
- TERTULIAN, N. Georg Lukács e a reconstrução da ontologia na filosofia contemporânea. Fortaleza, Conferência proferida na Universidade Federal do Ceará. 1996 (mimeo). O trabalho como princípio embaixador de propostas educativas dos movimentos sociais.